

# Como entendemos o Final da Vida A “morte” e o “morrer” à luz da revelação bíblica e da teologia

As we understand the End of Life  
The “death” and “die” in the light of  
biblical revelation and theology

*Pe. Leonardo Agostini Fernandes\**

**Resumo:** A Igreja Católica, por sua presença bimilenar no mundo e em conformidade com a sua identidade e a sua missão, continua testemunhando que o conhecimento da verdade liberta o ser humano de tudo o que viola e violenta o seu fundamental direito à vida em todas as suas etapas, desde a concepção até a morte. Sempre atenta aos sinais dos tempos, busca salvaguardar e transmitir os ensinamentos e os valores evangélicos que recebeu de seu fundador, Jesus Cristo. Por isso, não pode deixar de anunciar no mundo o evangelho da vida, pelo qual o mistério da existência humana recebe luz, orientação e é conduzido à salvação integral. O presente artigo, articulado em cinco partes, aborda a visão bíblico-teológica sobre o final da vida, para apresentar as razões pelas quais a Igreja Católica refuta a *eutanásia* e a *distanásia* como ações que não condizem com a dignidade da pessoa humana, aceitando que ela, diante da doença e da morte iminente, tem o direito de receber dos órgãos públicos o devido respeito, a assistência sanitária e a medicação que promova, terminadas todas as possibilidades de obtenção da cura, o alívio da sua dor e do seu sofrimento através da prática *ortotanásica*. A família e a comunidade de fé, por sua vez, que são os vínculos mais próximos de uma

---

\* Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Diretor e docente do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

peessoa que está para enfrentar a última ação fundamental da sua vida, devem ser presentes, acompanhando-a com a solidariedade e a caridade que fortalecem a esperança na vida eterna.

**Palavras-chave:** Eutanásia, Distanásia, Ortotanásia, Revelação Bíblica, Visão teológica.

**Abstract:** The Catholic Church, for its two thousand year old presence in the world and in accordance with his identity and his mission continues testifying that the knowledge of the truth liberates human beings from all that violent and violates their fundamental right to life in all its stages from conception to death. Always attentive to the signs of the times, seeking to safeguard and transmit the teachings and gospel values it received from its founder, Jesus Christ. So it can not fail to proclaim the gospel in the world of life, by which the mystery of human existence receives light, orientation and is driven to full salvation. This article, articulated into five parts, covers the biblical-theological vision of the end of life, to present the reasons why the Catholic Church rejects euthanasia and futility as actions that are not consistent with the dignity of the human person, accepting that she before the illness and impending death, is entitled to receive from public bodies due respect, health care and medication that promotes completion of all the possibilities of obtaining healing, relief of their pain and their suffering through practice “ortotanásica”. The family and the community of faith, in turn, they are the closest ties of a person who is essential to face the last action of his life, must be present, together with solidarity and charity strengthen hope in life eternal.

**Keywords:** Euthanasia, Dysthanasia, Orthotanasia, Biblical Revelation, Theological vision.

## Introdução

O tema – *Eutanásia, Distanásia e Ortotanásia* – não deveria ser considerado, a meu ver, um simples sinônimo ou um desdobramento do “Como entendemos”, isto é, como Objeto Formal do Objeto Material: “o Final da Vida”; mas como a reflexão e a postura assumidas, pelos seres humanos e por suas instituições, diante da realidade que nos toca a todos: a morte!

Por morte, entende-se a cessação definitiva dos processos vitais de um organismo, em particular do pulmão, do coração, da falência dos órgãos e, principalmente, quando o diagnóstico é a morte encefálica.<sup>1</sup> Apesar disso, várias partes do corpo humano continuam interagindo, tentando reverter o processo.<sup>2</sup> Para além, contudo, de uma simples conceituação, a morte, em muitos casos, torna-se um tema ético. Por exemplo, quando se está diante de um suicídio, de um homicídio, da violência, da guerra, da tirania, da pena de morte, e, em particular, da discussão sobre a *eutanásia*.

A posição da Igreja Católica, com relação à *eutanásia*, à *distânásia* e à *ortotanásia*, tema e pauta dessa mesa de debates, passa, necessariamente, pela sua fé e reflexão teológica na revelação bíblica,<sup>3</sup> em particular no artigo do Credo em que ela professa a ressurreição: “Creio em Jesus Cristo... morto e sepultado... que ressuscitou ao terceiro dia... Creio... na ressurreição da carne e na vida eterna”. Assim, “A certeza da imortalidade futura e a esperança na ressurreição prometida projetam uma luz nova sobre o mistério do sofrimento e da morte e infundem no crente uma força extraordinária para se abandonar ao desígnio de Deus”.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> “A irreversibilidade é a nota formal que caracteriza fundamentalmente a morte clínica” (Marciano VIDAL, “Morte clínica”, in: Dicionário de Moral. São Paulo/Porto: Santuário/Perpétuo Socorro, s/d, p. 433).

<sup>2</sup> A revista *Super Interessante*, de setembro de 2012, trouxe uma matéria de Otavio Cohen e Karin Hueck sobre a morte e apresentou um caso que, em 2008, se tornou famoso, abalou o Reino Unido, colocando em xeque a noção de morte cerebral: “Quando Steven Thorpe chegou ao Hospital Universitário de Coventry, no Reino Unido, a equipe médica disse à família que não havia mais nada a fazer. O adolescente de 17 anos havia sofrido ferimentos gravíssimos na cabeça em um acidente de carro e os danos no seu cérebro eram irreversíveis. O diagnóstico era morte encefálica. Mas a família não perdeu as esperanças. O procedimento que comprova a ausência total de atividade cerebral foi realizado mais 3 vezes, até que o quinto exame revelou ondas cerebrais fraquíssimas - o que significava uma chance de sobrevivência. Duas semanas depois, Steven acordou do coma e começou a se recuperar. O caso, que chamou a atenção da medicina em 2008, mostra que o limite entre a vida e a morte é mesmo tênue.”

<sup>3</sup> Congregação para a Doutrina da Fé, *Iura et bona*. In: *Enchiridium Vaticanum* 7. Bologna: EDB, 1985, nn. 346-373; JOÃO PAULO II, *Encíclica Evangelium Vitae*. São Paulo: Paulinas, 1995; CNBB, *Questões de Bioética*. Estudos da CNBB, n. 98. Brasília: Edições CNBB, 2010, pp. 87-100.

<sup>4</sup> JOÃO PAULO II, *Encíclica Evangelium Vitae*, n. 67.

## 1. A questão terminológica: ambiguidades e suas implicações

*Euthánatos*, que vem do grego e significa, literalmente, “boa morte”, no campo antropológico, é entendido de forma ambígua. O seu oposto é *kakotanásia*, isto é, a morte miserável ou cruel. Por um lado, *eutanásia* “significa uma morte natural e serena, privada de particulares sofrimentos e angustias, sem amarguras nem arrependimentos, quer dizer, em paz com si mesmo, com Deus e com o próximo”.<sup>5</sup> Por outro lado, no debate atual, o termo passou a significar a ação ou a omissão que causa a morte de um ser humano de forma voluntária ou involuntária, direta ou indireta, visando “eliminar” a sua dor e o seu sofrimento, visto que a vida perdeu o seu sentido. Muitos, por isso, defendem a *eutanásia* como um gesto de compaixão, no qual antecipar a morte surge como a melhor opção.<sup>6</sup> Não raro, porém, por detrás dessa compaixão existem e se encontram interesses espúrios.

Do ponto de vista médico, a *eutanásia* – praticada de forma pessoal e com base legal – é entendida como uma ação terapêutica que incide de modo direto ou indireto, na antecipação da morte.<sup>7</sup> Do ponto de vista social é entendida como “um interesse superior do Estado,

---

<sup>5</sup> Ignácio Carrasco de PAULA, “Eutanásia”, in: Pontifício Conselho para a Família, *Lexicon – Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* – Rio de Janeiro: Escolas Profissionais Salesianas, 2007, p. 309.

<sup>6</sup> “O erro de juízo no qual se pode ter caído de boa fé não muda a natureza deste ato assassino, que sempre deve ser proscrito e excluído.” (Catecismo da Igreja Católica, n. 2277). “A vida, que é obra de Deus, não deve ser negada a ninguém, nem ao nascituro mais pequeno e indefeso, muito menos quando apresenta graves deficiências. Ao mesmo tempo, fazendo eco aos Pastores da Igreja na Itália, convido a não cair no engano de pensar que se pode dispor da vida, a ponto de “legitimar a interrupção com a eutanásia, talvez dissimulando-a com um véu de piedade humana.” (Bento XVI, *Angelus* de 4 de fevereiro de 2007, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/angelus/2007/documents/hf\\_ben-xvi\\_ang\\_20070204\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/angelus/2007/documents/hf_ben-xvi_ang_20070204_po.html); acesso em 21 de setembro de 2013).

<sup>7</sup> “Que os cientistas, os pesquisadores, os médicos, os enfermeiros, assim como os políticos, os administradores e os agentes pastorais nunca se esqueçam de que “a tentação da eutanásia” é “um dos sintomas mais alarmantes da “cultura da morte” que avança sobretudo nas sociedades do bem-estar” (*Evangelium vitae*, 64) [Bento XVI aos participantes na XXII Conferência Internacional do Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, 17 de novembro de 2007, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2007/november/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20071117\\_xxii-operatori-sanitari\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20071117_xxii-operatori-sanitari_po.html); acesso 21 de setembro de 2013].

que teria o poder soberano sobre os corpos dos seus membros que se tornaram inúteis à sociedade”.<sup>8</sup>

Em muitos casos, não ocorre a ação direta, mas, simplesmente, se deixa o ser humano morrer “em paz”, sem que lhe seja administrado algum tipo de medicamento que lhe abrevie a vida ou lhe traga a morte iminente.<sup>9</sup> A isto se denomina *adistanásia* ou *antidistanásia*. Assim, é legítima uma pergunta: A vontade de morrer de um paciente, nem sempre distinguível na realidade, poderia prevalecer sobre o profissionalismo médico que possui de eficazes medicamentos paliativos capazes de retirar a dor e o sofrimento?

Já o extremo oposto disso, chama-se *distanásia*, uma obstinação terapêutica que busca, a todo custo, não só por meios ordinários, mas até extraordinários, manter não a vida, mas o funcionamento dos órgãos sem que haja uma sólida esperança de recuperação da saúde do doente. No fundo, a *distanásia* é uma crueldade terapêutica que valoriza muito mais os custos do que a vida humana.

Nessas práticas, pergunta-se: Existe o respeito à vida humana? No caso da *eutanásia*, existe a vontade de se dispor do direito de interromper uma vida. No caso da *distanásia*, encontra-se a ânsia desmedida de se prolongar a vida humana, mesmo que ela se torne, somente, uma vida vegetativa. No caso da *adistanásia*, a opinião de que se deva deixar o ser humano morrer “em paz”, sem lhe oferecer algum tipo de medicamento adequado, comporta o descaso moral pela vida.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Ignácio Carrasco de PAULA, “Eutanásia”, p. 309.

<sup>9</sup> “A pesquisa de um bem para a humanidade não pode ser feita em detrimento do bem de pessoas tratadas. No campo moral, a vossa Federação está convidada a enfrentar a questão de objeção de consciência, que é um direito que deve ser reconhecido à vossa profissão, permitindo que não colaboreis, direta ou indiretamente, no fornecimento de produtos que tenham por finalidade escolhas claramente imorais, como por exemplo o aborto e a eutanásia.” (Bento XVI, aos participantes no Congresso Internacional dos Farmacêuticos Católicos, 29 de outubro de 2007, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2007/october/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20071029\\_catholic-pharmacists\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20071029_catholic-pharmacists_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).

<sup>10</sup> A estes termos, deve-se associar a *mistanásia*, pela qual ocorre uma verdadeira exclusão social de um grande número de pessoas, de todas as idades, destinadas a morrer sem o mínimo de atendimento nos hospitais públicos (cf. Danilo Porfírio de CASTRO VIEIRA, “Mistanásia – Um novo instituto para um problema milenar. In: <http://www.faimi.edu.br/>

Por causa da *eutanásia*, da *distanásia* e da *adistanásia*, consideradas como ações extremas e não condizentes com a dignidade humana, foi cunhado o termo *ortotanásia*, “direito de morrer”, pelo qual se avaliam a proporção e a desproporção dos tratamentos com relação às probabilidades de êxito. Pela *ortotanásia*, quando se reconhece objetivamente, o que é sempre algo muito difícil, a inutilidade ou ineficácia de um determinado tratamento para manter viva uma pessoa em estado terminal ou quando se está diante de uma doença incurável, faz-se uso de medicação paliativa para suavizar a dor e o sofrimento, sem que se busque, voluntariamente, a abreviação da vida ou a total suspensão do uso das faculdades, impossibilitando o doente do mínimo de lucidez para que possa viver, como protagonista, o momento decisivo da sua existência. Há casos, porém, em que o uso de sedativos, por um tempo prolongado, como é o caso da morfina, possam levar à morte, mas o princípio regente é o de se tolerar um efeito indesejado (causa de duplo efeito), pela qual não se quis ou se buscou, diretamente, a morte, mas única e exclusivamente o alívio da dor e do sofrimento.

Em muitos países, a *eutanásia*, a *adistanásia* e a *distanásia* são procedimentos aplicados tanto em casa como em meio hospitalar, no qual o tempo de vida é escolhido pelo próprio paciente, por familiares ou pela equipe médica que o assiste, amparados de forma psicológica ou legal.<sup>11</sup>

---

v8/RevistaJuridica/Edicao7/Mistan%C3%A1sia%20-%20porfirio.pdf; acesso 25 de setembro de 2013).

<sup>11</sup> “Senhor Embaixador, gostaria também de aproveitar a ocasião para expressar a minha profunda preocupação em relação ao texto de lei sobre a eutanásia e o suicídio assistido, atualmente em debate no Parlamento. Esse texto, acompanhado além disso e de modo contraditório por outro projeto que contém disposições legislativas úteis para desenvolver as curas paliativas a fim de tornar o sofrimento mais suportável na fase final da doença e proporcionar ao doente um acompanhamento humano apropriado, legítima concretamente a possibilidade de pôr fim à vida. Os responsáveis políticos, cujo dever grave é servir o bem do homem, assim como os médicos e as famílias, devem recordar-se que “a decisão deliberada de privar um ser humano inocente da sua vida é sempre má sob o ponto de vista moral e nunca pode ser lícita” (Enc. *Evangelium vitae*, 57). Na realidade, o amor e a verdadeira compaixão indicam outro caminho. O pedido que sai do coração do homem no seu confronto supremo com o sofrimento e com a morte, sobretudo quando é tentado a abandonar-se ao desespero e se desorienta a ponto de desejar desaparecer, é sobretudo um pedido de acompanhamento e um apelo a mais solidariedade e apoio na provação.

Diante disso, não é suficiente refletir, à luz da revelação bíblica e da teologia, a aceitação ou negação da própria morte e de como enfrentá-la de forma pessoal, familiar ou hospitalar. É preciso admitir que exista uma escala de valores entre o valor da vida e o valor da morte. O conflito ético é um conflito de valores, marcado, na maioria das vezes, por contra-sensos. Basta citar o caso de quem sofre com o descaso público nos hospitais ou passou a viver o abandono dos próprios familiares. O efeito psicológico é tão grande que o “querer a morte” soa muito mais como um “grito pela vida”.

Portanto, é necessário perguntar: Que significa viver dignamente? Que significa morrer dignamente? Quem pode responder a estas duas perguntas de forma coerente e humana?

Morrer com dignidade é um direito de todo ser humano, mas nem sempre esse direito pode ser aceito no sentido rigoroso de uma ordenação jurídica, como no caso de leis que determinam a *eutanásia*. “Ora, tornar legal a eutanásia significa não somente eliminar as sanções penais, mas principalmente predispor estruturas e procedimentos sanitários que a tornem facilmente *acessível e segura* para todos”.<sup>12</sup> Então, direito de morrer não é sinônimo de direito a *eutanásia*. Morrer dignamente não pode ser assumido, simplesmente, como direito de morrer, mas é uma exigência ética que tem relação não com o ato de morrer, mas com a forma de se viver como sujeito a própria morte.<sup>13</sup>

---

Este apelo pode parecer exigente, mas ele só é digno do ser humano e abre a solidariedades novas e mais profundas que, definitivamente, enriquecem e fortalecem os vínculos familiares e sociais. Todos os homens de boa vontade estão convidados a cooperar neste caminho de humanização e a Igreja, por seu lado, deseja comprometer nele todos os seus recursos de atenção e de serviço. Fiel às raízes cristãs e humanistas da sua nação e à preocupação constante de promover o bem comum, que o povo luxemburguês, em todos os seus componentes, tenha sempre a preocupação de reafirmar a grandeza e o caráter inviolável da vida humana!” (Discurso do Papa Bento XV ao novo embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo, 18 de dezembro de 2008, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2008/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20081218\\_luxembourg\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20081218_luxembourg_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).

<sup>12</sup> Ignácio Carrasco de PAULA, “Eutanásia”, p. 311.

<sup>13</sup> “Por isso, uma importante colaboração para a paz é dada também pelos ordenamentos jurídicos e a administração da justiça quando reconhecem o direito ao uso do princípio da objeção de consciência face a leis e medidas governamentais que atentem contra a dignidade humana, como o aborto e a eutanásia.... Tão-pouco é justo codificar arditosamente falsos direitos ou opções que, baseados numa visão reducionista e relativista do ser humano e com o hábil recurso a expressões ambíguas tendentes a favorecer um suposto direito ao aborto

Se cada etapa da vida humana possui um valor insubstituível, a morte torna-se a mais importante. A solidariedade com quem está para morrer torna-se a ocasião para que se demonstre o valor da vida e da morte para o ser humano.

Para se morrer dignamente é preciso considerar uma série de exigências sociais:<sup>14</sup>

- a) cuidar do doente com todos os meios que a ciência médica atualmente dispõe para aliviar a dor e o sofrimento, quando a própria ciência reconhece os seus limites para curá-lo;
- b) não privar o doente de ser o sujeito e o protagonista da sua pessoal ação de morrer;
- c) libertar a morte humana do espaço clandestino e oculto a que foi relegada por fins espúrios e por falta de conhecimentos;
- d) favorecer os cuidados básicos, tais como a nutrição, ainda que artificial, hidratação, higiene, aquecimento e analgesia;
- e) permitir que o doente tenha acesso à vivência do mistério humano-religioso diante da morte. Neste sentido, é fundamental que se conceda ao doente a possibilidade de se encontrar com um agente da pastoral da saúde, com um sacerdote, para que possa ministrar os sacramentos, com um pastor ou com um representante

---

e à eutanásia, ameaçam o direito fundamental à vida.” (Bento XVI na mensagem para a celebração do XLVI dia mundial da paz, 1 de janeiro de 2013, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/messages/peace/documents/hf\\_ben-xvi\\_mes\\_20121208\\_xlvi-world-day-peace\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20121208_xlvi-world-day-peace_po.html))

<sup>14</sup> “A mentalidade eficientista de hoje tende com frequência a marginalizar estes nossos irmãos e irmãs sofredores, como se fossem apenas um “peso” e “um problema” para a sociedade. Quem tem o sentido da dignidade humana sabe que eles devem ser, ao contrário, respeitados e apoiados no momento em que enfrentam sérias dificuldades ligadas ao seu estado. Aliás, é justo que se recorra também, quando for necessário, ao uso de curas paliativas, as quais, mesmo se não podem curar, conseguem, contudo, aliviar os sofrimentos que derivam da doença. Mas, sempre ao lado das curas clínicas indispensáveis, é necessário mostrar uma capacidade concreta de amar, porque os doentes têm necessidade de compreensão, de conforto e de encorajamento e acompanhamento constantes. Os idosos, em particular, devem ser ajudados a percorrer de modo consciente e humano o último percurso da existência terrena, a fim de se prepararem serenamente para a morte, que nós cristãos sabemos-lo é uma passagem para o abraço do Pai celeste, cheio de ternura e misericórdia.” (Bento XVI aos participantes na XXII Conferência Internacional do Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, 17 de novembro de 2007, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2007/november/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20071117\\_xxii-operatori-sanitari\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20071117_xxii-operatori-sanitari_po.html); acesso 21 de setembro de 2013.

- religioso, caso não professe o catolicismo, para que o ajude com o conforto espiritual;
- f) não privar o doente de assumir o protagonismo da sua morte enquanto está lúcido, apesar de suas dores e angustias. Nesta última exigência, a fé constitui, igualmente, uma ajuda efetiva e eficaz para que o doente supere o temor da morte com uma sólida esperança na vida eterna.

## 2. Referencial antropológico

A reflexão sobre a morte, do ponto de vista psicológico, não é interessante como evento físico final em si mesmo, mas como a sua saudável antecipação, pela qual o ser humano, à diferença dos demais seres vivos, porque é o único que sabe que deve morrer, pode se antecipar na reflexão e na sua preparação, de forma remota ou próxima, para viver, como protagonista, essa sublime e final etapa da sua existência. Além disso, o ser humano também sabe que não pode morrer a morte de outro ser humano, pois cada um deve morrer a sua própria morte, mas pode aprender a dar a sua vida pelo outro, isto é, pode morrer pelo outro, atestando que o amor é o maior gesto de doação.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> “Em várias partes parece infelizmente que a “cultura da morte” aumenta, a qual insidia também o estádio da terceira idade. Com sempre maior insistência chega-se até a propor a eutanásia como solução para resolver determinadas situações difíceis. A velhice, com os seus problemas relacionados também com os novos contextos familiares e sociais devido ao moderno progresso, deve ser avaliada com atenção e sempre à luz da verdade sobre o homem, sobre a família e sobre a comunidade. É preciso reagir sempre com vigor ao que desumaniza a sociedade. As comunidades paroquiais e diocesanas são fortemente interpeladas por estas problemáticas e procuram ir ao encontro das exigências modernas dos idosos. Há associações e movimentos eclesiais que abraçaram esta causa importante e urgente. É necessário unir-se para vencer juntos qualquer forma de marginalização, porque arrasados pela mentalidade individualista não são apenas eles os avós, as avós, os idosos mas todos. Se os avós, como tantos dizem com frequência, constituem um recurso precioso, é preciso fazer opções coerentes que permitam valorizá-los o melhor possível.” (Bento XVI à Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para a Família, 5 de abril de 2008, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2008/april/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20080405\\_pc-family\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20080405_pc-family_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).

Em que sentido pode-se falar de decisões definitivas durante a vida? O ato de morrer exige uma tomada de posição de cada pessoa, que toma consciência e se apropria da sua condição humana e mortal. A morte, para ser devidamente considerada, exige a compreensão de que:

- a) *A morte é um fato cultural*, porque, para o ser humano, ela é uma realidade presente em todos os momentos e lugares da sua existência. Por isso, a morte é acompanhada com ritos fúnebres de índole religiosa.
- b) *A morte é um evento social*, porque é um fato que faz parte da experiência humana e não é vivida simplesmente de forma individual, mas igualmente de forma coletiva, porque cada ser humano experimenta a sua própria realidade mortal na morte do outro, e é sempre em função de um efeito contrário que essa realidade busca ser absorvida e assimilada pelo grupo social.
- c) *A morte é uma troca*, porque “é celebrada” através de diferentes rituais. Aos mortos são dedicadas homenagens de forma periódica, a fim de aplacar o medo-temor que perturba a esfera dos vivos. De tempos em tempos, “a visita” aos mortos é uma manifestada intenção de vida. De fato, os mortos são vistos, em muitas religiões, como protetores, que podem garantir o retorno regular das estações, a fecundidade dos campos e das mulheres. Tudo acontece como uma troca: os vivos oferecem os ritos aos mortos e estes garantem a sua presença com os que vivem preocupados com a morte.
- d) *A morte é uma passagem*, porque quem morre deve completar o seu percurso de transformação. Os vivos devem aprender a distinguir entre o que passa, mas não depende de sua condição mortal, e o que passa como necessário para regenerar a sua própria natureza e a existência.

Então, como encarar a morte? Para responder a esta pergunta, é preciso formular outras três:

- a) Que devo saber sobre a morte?
- b) Que devo fazer diante da morte?
- c) Que devo esperar para além da morte?

A morte, por ser o fim da vida terrena de cada ser humano, é um fenômeno especificamente humano, porque somente o ser humano é

capaz de assumir uma postura racional no confronto da sua vida e da sua morte. Assiste-se, porém, uma tendência que busca rejeitar, energeticamente, o pensamento e o fato da morte, deixando de se considerar a dimensão objetiva e subjetiva da morte.

“E, no entanto, embora sintamos repugnância em falar da morte, é preciso falar dela, pois a vida tem o sentido que dermos à morte. Se a morte existir em função da vida, podemos ter esperança. Mas se a vida tem que acabar num naufrágio total – das pessoas e das coisas – nesse caso a própria vida não tem sentido, pois não desemboca em nada”.<sup>16</sup>

### 3. Referencial bíblico-teológico

O substantivo *morte*, *māwet*, ocorre, ao lado do verbo *morrer*, *mût*, 998 vezes na Bíblia hebraica. Estes termos, em grego, foram traduzidos pelo substantivo *morte*, *thanatós*, que ocorre 485 vezes, pelo verbo *morrer*, *thnêskō* que ocorre 106 vezes e pelo verbo *apothnêskō* que ocorre 713 vezes.<sup>17</sup>

O termo *māwet* representa o fim definitivo da existência do ser humano sobre a terra (cf. 2Sm 12,15-16.23; 2Sm 14,14), porque tirado da terra, retornará à terra (cf. Gn 3,19). Por isso, ao ser humano cabe aceitar o destino comum a todos os seres vivos: a morte (cf. Eclo 14,18-20; 41,5-7), porque esta se experimenta na vida. Se, por um lado, pode parecer que em certos textos do Antigo Testamento (AT), a morte apareça como consequência do pecado (cf. Gn 2,16-17), em outros, a morte, em geral, não é vista como uma punição divina, porque a criação não pressupunha a imortalidade do ser humano. Embora a morte esteja fundamentada na doutrina do pecado original, ela tem a ver com a forma trágica pela qual o ser humano é tirado do meio dos vivos e experimenta a fugacidade da sua vida.

---

<sup>16</sup> René LATOURELLE, “morte”. In: *Dicionário de Teologia Fundamental*. São Paulo/Petrópolis: Santuário/ Vozes, 1994, p. 672.

<sup>17</sup> O numero maior de ocorrências em grego do que em hebraico deve-se ao fato de que a Bíblia grega possui mais livros que a Bíblia hebraica, denominados de deuterocanônicos pela tradição católica e de apócrifos pela tradição protestante. São sete livros no total: 1 Macabeus, 2 Macabeus, Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc.

Cada indivíduo recebe e vive a sua fé e a sua vida como dom e como membro de uma comunidade.<sup>18</sup> Neste sentido, ainda que o indivíduo sinta, fortemente, o peso da sua vida e da sua existência, seja pela doença, seja pela velhice, ele exclui, por completo, a ideia de perder ou tirar a sua própria vida, entendida como rejeição da vida ou como um meio de conseguir uma “boa morte”. O suicídio voluntário ou assistido não é concebido como um pensamento que abalizaria o fim “heroico”, pautado em um ato de quem acabaria com a própria vida (cf. 2Sm 17). Uma mudança, sobre isso, ocorreu no contato do judaísmo com o helenismo, assumindo e fazendo entrar a ideia do martírio, como aceitação voluntária da morte em benefício da comunidade de fé (cf. 2Mc 6,18–7,42), mas nunca como uma busca da própria morte, como temos assistido nos dias atuais com os chamados “homens bomba”, que se consideram ou são considerados como heróis religiosos.

O termo *thanatós*, já em Homero, indicava o *morrer* ou o estado de morte, sendo usado, também, para indicar o *perigo de morte* e até a *pena de morte*. De forma paralela, o verbo *thanatōō* significava *fazer morrer alguém* ou *eliminar alguém do meio dos vivos*, ou ainda o *colocar alguém em perigo de morte*. Todo ser vivente, exposto à morte, era considerado como *thnētós*, isto é, *mortal*. Os seres humanos eram chamados de *hoi thnētói*: *os mortais*; à diferença dos deuses que eram dotados de *athanasía*, isto é, de imortalidade. Só os heróis eram admitidos no grupo dos imortais.

No período helenístico, os conceitos *thánatos*, *thanatōō*, *thnêskō* e *apothnêskō* (“morror”) foram usados, também, no sentido figurado para indicar a morte espiritual e intelectual.

---

<sup>18</sup> “A seriedade da fé em Deus manifesta-se na vivência da sua palavra. No nosso tempo, manifesta-se, de modo muito concreto, no empenho por aquela criatura que Ele quis à sua imagem: o homem. Vivemos num tempo em que se tornaram incertos os critérios de ser homem. A ética foi substituída pelo cálculo das consequências. Perante isto, devemos, como cristãos, defender a dignidade inviolável do homem, desde a sua concepção até à morte: nas questões desde o diagnóstico de pré-implantação até à eutanásia. «Só quem conhece Deus, é que conhece o homem» – disse uma vez Romano Guardini. Sem o conhecimento de Deus, o homem torna-se manipulável. A fé em Deus deve-se concretizar-se no nosso empenho comum pelo homem.” (Bento XVI na celebração ecumênica em Erfurt, 23 de setembro de 2011, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2011/september/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20110923\\_augustinian-convent-erfurt\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110923_augustinian-convent-erfurt_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).

O termo *morte*, nos textos do Novo Testamento, está plenamente alinhado com o pensamento judaico do AT. Onde aparece *thnētós*, indica-se que a mortalidade do ser humano é uma “qualidade” normal, pois ele vive à sombra da morte (cf. Mt 4,16 cf. Is 9,1). Deus, origem de toda forma de vida, é o único ao qual compete a imortalidade (cf. 1Tm 6,16), note-se a aproximação com o helenismo, enquanto que o ser humano é confinado a viver no temor da morte (cf. Hb 2,15).

Para o apóstolo Paulo, “a morte é o preço do pecado” (Rm 6,23). Neste sentido, parece que ele não viu a morte muito mais como um fator teológico do que como um fenômeno biológico, e, como tal, como um elemento universal que faz o ser humano clamar por salvação. Foi, sobretudo, Paulo quem refletiu sobre a relação entre a morte e o pecado, para afirmar a necessidade de que todos são chamados à vida em Jesus Cristo, que se deu em resgate pela humanidade.<sup>19</sup> A fé que se desenvolve a partir dessa concepção foi acentuando a ideia de que o ser humano necessita morrer por causa dos seus pecados, a fim de encontrar a graça no juízo final: “se nós morremos com Cristo, com ele viveremos” (2Tm 2,11).

Portanto, a morte na reflexão bíblico-teológica foi entendida como:

- a) *Término da vida natural*: a ausência de uma vida sobrenatural foi compensada pela busca da descendência numerosa.
- b) *Prova e maldição*: viver pouco é uma dura prova e sair dessa vida sem filhos é uma maldição. A doença, a miséria, a solidão e o desespero eram sinais dessa maldição.

---

<sup>19</sup> “Jesus sofre e morre na cruz por amor. Deste modo, considerando bem, deu sentido ao nosso sofrimento, um sentido que muitos homens e mulheres de todas as épocas compreenderam e fizeram seu, experimentando uma profunda serenidade também na amargura de árduas provas físicas e morais. E precisamente “a força da vida no sofrimento” é o tema que os Bispos italianos escolheram para a tradicional Mensagem por ocasião do hodierno Dia para a Vida. Uno-me de coração às suas palavras, em que se sentem o amor dos Pastores pelo povo, e a coragem de anunciar a verdade, a coragem de dizer com clareza, por exemplo, que a eutanásia é uma solução falsa para o drama do sofrimento, uma solução indigna do homem. Efetivamente, a verdadeira resposta não pode consistir em propiciar a morte, por mais “dócil” que seja, mas sim em dar testemunho do amor que ajuda a enfrentar a dor e a agonia de modo humano. Estejamos certos disto: nenhuma lágrima, nem de quem sofre, nem de quem lhe está próximo, se perderá diante de Deus.” (Bento XVI, *Angelus* de 1 de fevereiro de 2009, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/angelus/2009/documents/hf\\_ben-xvi\\_ang\\_20090201\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/angelus/2009/documents/hf_ben-xvi_ang_20090201_po.html); acesso em 21 de setembro de 2013).

c) *Vitória sobre a morte*: o contato com a cultura grega ajudou o povo eleito a formular a ideia de uma vitória definitiva sobre a morte.

Nestes três tópicos, a concepção da morte humana aparece determinada pela concepção da vida. No AT, o ser humano é um corpo animado e não um espírito encarnado. A morte é aceita como o fim natural do ser humano (cf. 2Sm 14,14). A morte ideal, contudo, é a que ocorre na velhice, com uma pessoa saciada de anos, sem que as suas faculdades sejam corrompidas (Gn 25,8; Jó 21,23-24; 29,18-20), para que possa descer em paz para o sheol (Jó 21,13), no qual o Senhor não abandonará o justo (Sl 16,9; 49,16). Já, no NT, a morte foi tratada, por um lado, sob a força do pecado, e, por outro lado, tornou-se o meio pelo qual se tem acesso à vida pela morte de Jesus. “Desde que Cristo morreu, já não existe no universo evento mais importante do que a morte... O verdadeiro sentido da vida consiste em preparar-se para morrer, isto é, amadurecer para a vida eterna”.<sup>20</sup> No ensinamento de Paulo, a existência humana é uma tensão entre a vida e a morte que domina pela força do pecado.

A compreensão da morte, no NT, passa pelo reconhecimento de quatro aspectos.

- A morte é uma consequência do pecado;
- A morte é o destino universal do ser humano;
- A morte é o término da vida terrestre;
- A morte é um mistério que se revela no mistério de Jesus Cristo.

Textos: Jo 6,50-51; Jo 11,26; Rm 5,12-14; 1Cor 15,22-26; 2Tm 1,10; Hb 2,14; Rm 6,2-11; Rm 8,2.13; Rm 14,9; 2Cor 5,14-15; Fl 2,5-7; 1Tm 4,16; Ap 2,11; 20,6.14; 21,8.

## Conclusão

Com a aceitação da *eutanásia* voluntária ou involuntária, direta ou indireta, não estaríamos nos aproximando da prática nazista que exterminou todos os que foram considerados impuros, incapazes e

---

<sup>20</sup> René LATOURELLE, “morte”, p. 673.

inúteis para a nova sociedade que deveria nascer da psicose de um louco que atribuiu a si o direito de escolher quem deveria viver e quem deveria morrer?

“O ingresso e a partida desta terra dos filhos de Adão são eventos demasiadamente decisivos e misteriosos para que qualquer autoridade humana possa intrometer-se. Ninguém escolhe nascer e ninguém pode evitar a morte. O fiel acolhe com um sentido de segurança e de alívio a persuasão de que só o Deus da vida é o Senhor que domina a morte”.<sup>21</sup>

O homem, atento à realidade, constata dia após dia como a morte vai conquistando o seu espaço. Esta convicção o faz respirar um ar trágico, que parece roubar-lhe a paz. Todavia, a partir do momento que a sua existência se baseia sobre a fé, é lógico que busque soluções válidas para explicar esta incógnita existencial. Mas, mesmo agindo desta forma, a conclusão é sempre a mesma: tudo aquilo que o circunda “*é destinado a morrer*” (Ecl 1,2-11). Por outro lado a vida continua!

Surge então uma pergunta em cada ser humano: *Qual será o destino último desta vida que lhe escapa momento a momento?* A impostação religiosa da sua existência lhe oferece a resposta: Deus! Não é por nada que as tradições religiosas monoteístas ensinam que Deus é a fonte da vida. Em tal caso, se o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, por que não pode transcorrer a sua vida sem o temor amargo da morte? É perceptível que uma existência fechada ao transcendente, com facilidade, cede à *eutanásia*, à *distanásia* e à *adistanásia*. A resposta, para essa pergunta e para as anteriormente formuladas, desponta na afirmação a Constituição *Gaudium et Spes*, n. 18:

“É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa. Não é só a dor e a progressiva dissolução do corpo que atormentam o homem, mas também, e ainda mais, o temor de que tudo acabe para sempre. Mas a intuição do próprio coração o faz acertar, quando o leva a abominar e a recusar a ruína total e o desaparecimento definitivo da sua pessoa. O germe de eternidade que nele existe, irreduzível à pura matéria, insurge-se contra a morte. Todas as tentativas da técnica, por muito úteis que sejam, não conseguem acalmar a

<sup>21</sup> Ignácio Carrasco de PAULA, “Eutanásia”, p. 311.

ansiedade do homem: o prolongamento da longevidade biológica não pode satisfazer aquele desejo de uma vida ulterior, invencivelmente radicado no seu coração.

Enquanto, diante da morte, qualquer imaginação se revela impotente, a Igreja, ensinada pela revelação divina, afirma que o homem foi criado por Deus para um fim feliz, para além dos limites da miséria terrena. A fé cristã ensina, além disso, que a morte corporal, de que o homem teria sido isento se não tivesse pecado (cf. Sb 1, 13; 2, 23-24; Rm 5, 21; 6, 23; Tg 1, 15), será vencida, quando o homem for restituído à salvação, que por sua culpa perdera, pelo onipotente e misericordioso Salvador. Com efeito, Deus chamou e chama o homem a unir-se a ele com todo o seu ser na perpétua comunhão da incorruptível vida divina. Esta vitória alcançou-a Cristo ressuscitado, libertando o homem da morte com a própria morte (cf. 1Cor 15, 56-57). Portanto, a fé, que se apresenta à reflexão do homem, apoiada em sólidos argumentos, dá uma resposta à sua ansiedade acerca do seu destino futuro; e ao mesmo tempo oferece a possibilidade de comunicar, em Cristo, com os irmãos queridos que a morte já levou, fazendo esperar que eles alcançaram a verdadeira vida junto de Deus.”

“A doutrina católica proclama que a vida é um dom maravilhoso e uma tarefa confiada por Deus ao homem; e que, justamente porque é um presente e missão recebidos do Senhor, deve ser administrada e vivida profundamente, confiando-se sempre fielmente aos desígnios do amor divino, especialmente nos momentos de dificuldade”.<sup>22</sup>

O ser humano não é algo descartável e muito menos o seu valor se encontra só no pragmático. Na base dos pronunciamentos da Igreja está a defesa da dignidade da vida humana, que deve ser respeitada e valorizada, desde a sua concepção até ao seu fim natural e não somente quando produz riquezas e é útil para a sociedade.

Ao término desta minha fala, espero ter dado a audiência, pelo menos, a resposta para duas questões: A doença e a morte, como experiências humanas, podem ser assumidas e vividas com coragem, paciência e protagonismo? Quando o desafio da doença se torna

---

<sup>22</sup> Ignácio Carrasco de PAULA, “Eutanásia”, p. 314.

dramático, por que a Igreja continua defendendo a vida, não aceitando a eutanásia como um ato de libertação?

Pode-se acrescentar: “1) em falta de outros remédios, é lícito recorrer, com o consentimento do doente, aos meios postos à disposição pela medicina mais avançada, mesmo se ainda estão no estágio experimental e não são ausentes de qualquer risco; 2) é também lícito interromper a aplicação de tais meios, quando os resultados desiludem as esperanças postas nos mesmos; 3) é sempre lícito contentar-se com os meios normais que a medicina pode oferecer; 4) na iminência de uma morte inevitável apesar dos meios usados, é lícito em consciência tomar a decisão de renunciar a tratamentos que trariam somente um prolongamento precário e penoso da vida, sem, todavia, interromper as curas normais devidas ao doente em calos semelhantes”.<sup>23</sup>

Enfim, permanece um desafio: mais do que condenar ou intervir para que a *eutanásia* não se torne uma legislação difusa no mundo, cabe a todos os cristãos e as pessoas de boa vontade discernir o bem do mal, o justo do injusto, o verdadeiro do falso, e procurar, com todos os meios lícitos e honestos, ajudar o ser humano a descobrir a sua identidade e missão para viver com dignidade e a buscar conhecer a verdade que liberta de tudo que desumaniza e destrói os valores a favor de uma cultura da vida, promovendo uma cultura de morte.

## Bibliografia

Bento XVI, aos participantes no Congresso Internacional dos Farmacêuticos Católicos, 29 de outubro de 2007, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2007/october/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20071029\\_catholic-pharmacists\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20071029_catholic-pharmacists_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).

BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XV ao novo embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo, 18 de dezembro de 2008, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2008/december/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20081218\\_luxembourg\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20081218_luxembourg_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).

---

<sup>23</sup> Ignácio Carrasco de PAULA, “Eutanásia”, p. 315.

- Bento XVI na mensagem para a celebração do XLVI dia mundial da paz, 1 de janeiro de 2013, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/messages/peace/documents/hf\\_ben-xvi\\_mes\\_20121208\\_xlvi-world-day-peace\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20121208_xlvi-world-day-peace_po.html).
- Bento XVI aos participantes na XXII Conferência Internacional do Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, 17 de novembro de 2007, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2007/november/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20071117\\_xxii-operatori-sanitari\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20071117_xxii-operatori-sanitari_po.html); acesso 21 de setembro de 2013.
- Bento XVI à Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para a Família, 5 de abril de 2008, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2008/april/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20080405\\_pc-family\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20080405_pc-family_po.html); acesso 21 de setembro de 2013).
- Bento XVI na celebração ecumênica em Erfurt, 23 de setembro de 2011, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2011/september/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20110923\\_augustinian-convent-erfurt\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110923_augustinian-convent-erfurt_po.html); acesso 21 de setembro de 2013.
- Bento XVI, *Angelus* de 1 de fevereiro de 2009, in: [http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/angelus/2009/documents/hf\\_ben-xvi\\_ang\\_20090201\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/angelus/2009/documents/hf_ben-xvi_ang_20090201_po.html); acesso em 21 de setembro de 2013.
- CASTRO VIEIRA, Danilo Porfírio de, “Mistanásia” – Um novo instituto para um problema milenar. Disponível em: <<http://www.faimi.edu.br/v8/RevistaJuridica/Edicao7/Mistan%C3%A1sia%20-%20porfirio.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2013).
- Congregação para a Doutrina da Fé, *Iura et bona*. In: *Enchiridium Vaticanum* 7. Bologna: EDB, 1985.
- JOÃO PAULO II, *Encíclica Evangelium Vitae*, n. 67
- JOÃO PAULO II, *Encíclica Evangelium Vitae*. São Paulo: Paulinas, 1995; CNBB, *Questões de Bioética*. Estudos da CNBB, n. 98. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- LATOURELLE, René, “morte”. In: *Dicionário de Teologia Fundamental*. São Paulo/Petrópolis: Santuário/Vozes, 1994.
- Pontifício Conselho para a Família, *Lexicon – Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* – Rio de Janeiro: Escolas Profissionais Salesianas, 2007.
- VIDAL, Marciano, “Morte clínica”, in: *Dicionário de Moral*. São Paulo/Porto: Santuário/Perpétuo Socorro, s/d.